

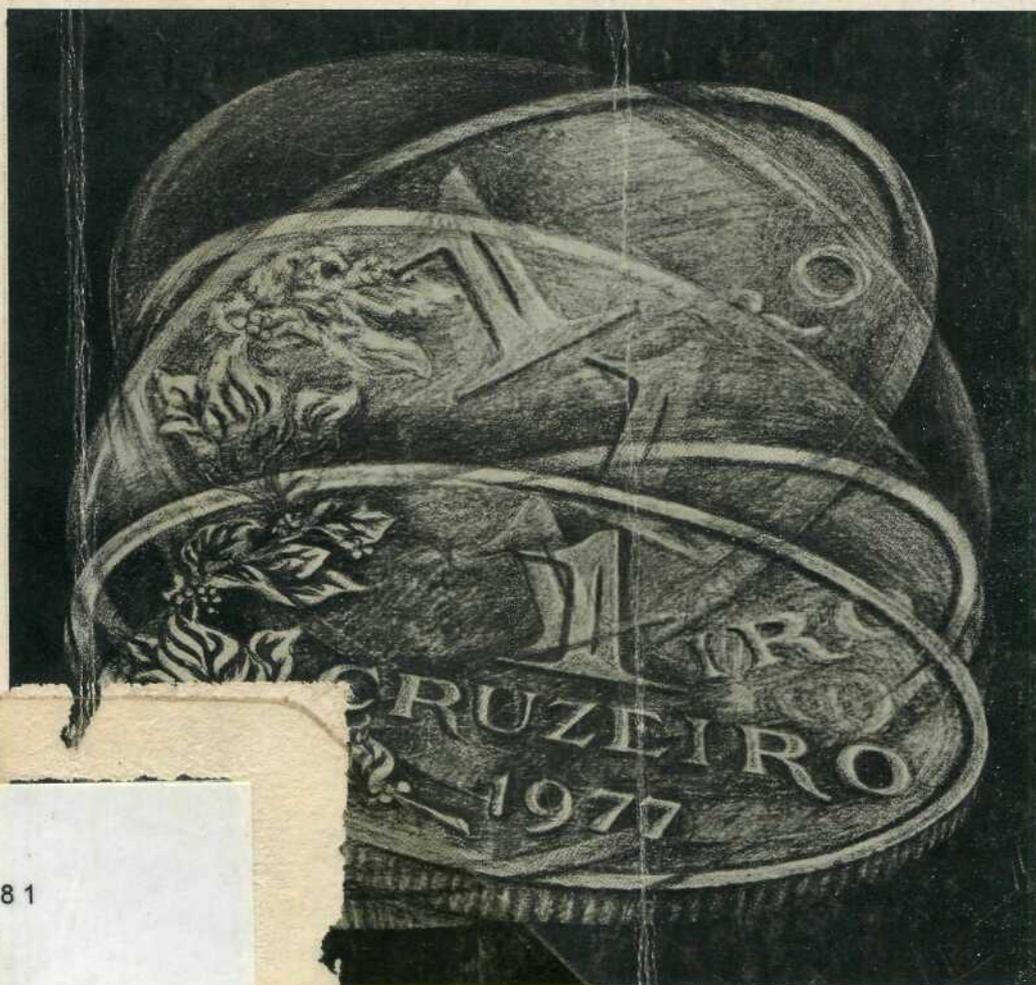
Imprensa Nacional  
Biblioteca Machado de Assis



B0011007

# NOTAÇÕES SOBRE A INFLAÇÃO BRASILEIRA

MAURICIO  
ROSCOE



2.418 1  
94a



Em suas "ANOTAÇÕES SOBRE A INFLAÇÃO BRASILEIRA" o empresário e líder de classe Mauricio Roscoe revela-se um observador profundo e objetivo dos fenômenos econômicos mundiais, cujos reflexos afligem o Brasil contemporâneo.

De leitura rápida e acessível, seu livro desvenda "os mistérios da inflação", partindo da formação econômica das sociedades primitivas, até chegar à complexa economia de mercado de nossos dias.

Maurício Roscoe aponta também soluções para a economia brasileira, pregando uma estratégia baseada no "amoedamento" ou "formação de estoques estratégicos", como ponto de partida para a conquista de uma estabilidade econômica.

Claras e profundamente interessantes, estas "ANOTAÇÕES SOBRE A INFLAÇÃO BRASILEIRA" irão, de certo, despertar toda a atenção dos especialistas, dos empresários e "dos homens de pensamento" que buscam uma melhor compreensão para o mundo em que vivem.

40,00

B0011007

ANOTAÇÕES SOBRE A INFLAÇÃO  
BRASILEIRA

332.4181  
R794a

Copyright by Maurício Roscoe

Belo Horizonte

1977

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

### **Explicação Necessária**

O recente ressurgimento da pressão inflacionária em nosso País animou-nos a publicar estas anotações, apesar de não estarem ainda formalmente concluídas.

A esperança é de que este trabalho venha trazer alguma contribuição positiva ao estudo e debate pelos interessados no assunto, especialmente aos homens de empresa e de Governo que são os responsáveis mais diretos pela estabilidade monetária e pela continuidade do desenvolvimento.

Agradecemos de antemão as críticas que nos sejam encaminhadas, a fim de podermos, através de sua análise, melhor desenvolver as idéias aqui expostas pois, sob o ponto de vista substancial, acreditamos corretas e assentadas em base sólida.

I — MOEDA E INFLAÇÃO . . . . .	9
II — A INFLAÇÃO BRASILEIRA . . . . .	21
III — ESTOCAGEM ESTRATÉGICA . . . . .	33

1 — MOEDA E INFLAÇÃO . . . . . 01  
II — A INFLAÇÃO BRASILEIRA . . . . . 21  
III — ESTOCAGEM ESTRATÉGICA . . . . . 39

## I — MOEDA E INFLAÇÃO

## I — MOEDA E INFLAÇÃO

### Análise de Conceitos Econômicos

Para firmarmos alguns conceitos econômicos primordiais e básicos, imaginemos como funciona a economia em uma sociedade muito primitiva.

As leis da biologia é que determinam qual deve ser a produção humana essencial: em primeiro lugar estão os alimentos que, nas sociedades mais primitivas, eram conseguidos através da caça, meio este que, com o tempo, se completou com a agricultura, criação e pesca. Em segundo lugar afiguram-se as necessidades de vestuário, defesa e abrigo. Estas produções são impostas como de primeira necessidade, não por algum racionalismo humano arbitrário, mas por duas leis biológicas fundamentais: Conservação e Reprodução.

Nas sociedades muito primitivas a especialização do trabalho era rudimentar: cada grupo familiar providenciava toda a produção necessária à sua sobrevivência. O regime das trocas das respectivas produções, **base da atividade comercial**, era praticamente inexistente.

À medida que se delineava a ação de uma outra lei fundamental, não só biológica, mas universal, a lei da evolução, o trabalho humano começou a se especializar e o regime de trocas de mercadorias se desenvolveu. Desta forma, a especialização do trabalho com o surgimento dos agricultores, criadores, tecelões, construtores, armeiros, etc., acarretou a necessidade do intercâmbio das respectivas produções, constituindo-se, por assim dizer, na origem do comércio.

### A Moeda

A necessidade das trocas comerciais provocou o nascimento da moeda que, em sua origem, se constituía, simplesmente, de qualquer produto de uso difundido, ou seja, qualquer produto de larga aceitação e fácil troca, e que fosse razoavelmente durável, como gado, tecidos e armas.

Por um motivo ou por outro, que no momento não nos interessa aprofundar, alguns produtores começaram a produzir mais do que consumiam. Conseqüentemente, começaram a acumular bens duráveis, que constituíam a moeda primitiva: começaram a acumular **capital**. Assim, **em suas origens, o capital está muito ligado ao trabalho, podendo ser definido como o resultado do trabalho acumulado**.

Quando as atividades humanas se especializaram em trabalhos mais complexos, podemos imaginar o sur-

gimento de atividades também importantes, mas cujos resultados não eram facilmente intercambiáveis nem mensuráveis, tais como a dos sacerdotes, funcionários, professores, soldados. Com seu trabalho, estes profissionais adquiriam um **crédito** perante a sociedade, crédito este que era saldado com moeda. **A moeda é, em última análise, a representação de um crédito que seu possuidor tem** em relação à sociedade. O homem começou, dessa forma a ter necessidade de usar, de preferência, uma das mercadorias então usadas como **moeda**, isto é, como **referência** ou **unidade de medida monetária**. A unidade escolhida era (é lícito que assim pensemos) a mais difundida na região, por exemplo, o gado, como o comprova a palavra pecúnia (dinheiro), originada do latim "pecus" (gado).

### Deflação

É necessário notar que, sendo a moeda uma mercadoria, estava sujeita também à lei da oferta e da procura. Por exemplo: numa região em que o gado fosse utilizado como unidade de medida monetária, no momento em que houvesse uma redução dos rebanhos, o gado (moeda) se valorizaria em relação às outras mercadorias. O que antes se trocava por doze ovelhas, por exemplo, passaria a custar apenas dez. Houve uma redução de preços das outras mercadorias ou, em linguagem de hoje, houve uma recessão de preços.

Assim, uma recessão de preços, ou deflação, pode ser provocada:

- a) por uma redução da quantidade de moeda em circulação. A falta relativa de moeda valoriza, como vimos, esta mesma moeda em relação às outras mercadorias. Há, repetindo, uma redução de preço das mercadorias;
- b) por um aumento da quantidade de mercadoria oferecida. Assim, por exemplo, num ano em que a pesca esteja extraordinariamente boa, pela lei da oferta e da procura, há uma tendência para uma redução no preço do peixe. Há uma recessão de preços no mercado do peixe;
- c) pode, enfim, haver uma recessão de preços de uma determinada mercadoria se, por um motivo qualquer, inclusive por motivos meramente psicológicos, houver um desinteresse generalizado pela compra dessa mercadoria. Há uma oferta maior que a procura. Os preços caem — há uma recessão de preços.

Observemos agora, uma coisa que é de vital importância para a boa compreensão da macro-economia: a recessão do primeiro tipo citado (a), provocada pela falta relativa de moeda, é uma **recessão generalizada**, uma recessão que abrange todas as mercadorias, enquanto que as recessões dos tipos (b) e (c), provoca-

das pelo excesso de oferta de determinada mercadoria, são **recessões localizadas** ou **bolsões de recessão**.

## Inflação

Ao contrário, em épocas em que os rebanhos se tornassem muito abundantes, haveria uma desvalorização relativa do gado (moeda). O que antes se comprava por doze ovelhas, teria agora que ser pago com quatorze ou quinze. Houve um aumento de preços das outras mercadorias ou, em linguagem de hoje, houve uma inflação de preços.

“Mutatis mutandis”, uma inflação de preços pode ser provocada:

- a) por um aumento da quantidade de moeda em circulação. Como vimos, em ocasiões em que o gado (moeda) é muito abundante, este se desvaloriza e é necessário mais gado que antes para comprar uma mercadoria qualquer, isto é, há um aumento de preços das mercadorias — uma inflação de preços;
- b) por uma diminuição na quantidade de mercadoria oferecida. Assim, por exemplo, num ano em que a pesca estiver extraordinariamente má, pela lei da oferta e da procura, haverá, naturalmente, um aumento no preço do peixe.

Receber-se-á, dentro de certos limites, mais moeda pela mesma quantidade de peixe — há uma inflação de preços no mercado de peixe.

A ressalva que fizemos — **dentro de certos limites** — é óbvia, porque o preço do peixe poderá não subir na mesma proporção de sua escassez, porque, pela concorrência cruzada, muitos preferirão deixar de comprar peixe, substituindo-o por outro alimento;

- c) pode, afinal, haver uma inflação de preços de uma determinada mercadoria se, por um motivo qualquer, inclusive por motivos meramente psicológicos, houver um aumento de interesse generalizado pela compra dessa mercadoria. Há uma oferta menor que a procura: os preços sobem — há um *inflacionamento dos preços*.

O primeiro tipo de inflação (a), é uma **inflação generalizada**, enquanto os outros dois tipos são de **inflações localizadas** ou **bolsões de inflação**.

### **Economia no Mundo Moderno**

Assim, os conceitos de moeda, recessão e inflação são bastante simples, se examinados como situados em uma economia primitiva.

Evidentemente as coisas complicam-se um pouco, quando passamos de uma economia primitiva para a economia do mundo moderno.

A moeda, por exemplo, sofreu uma evolução e, posteriormente, um retrocesso do qual é necessário que saíamos. Como vimos, é altamente prejudicial a variação da quantidade de moeda ou dos meios de pagamento, em relação à quantidade de mercadorias ou quantidade de produção.

É necessário que a quantidade de moeda aumente ou diminua, conforme aumente ou diminua a produção dos bens, para que não haja recessão ou inflação generalizada de preços.

O gado, por exemplo, tinha o inconveniente de aumentar ou diminuir de quantidade por influências, às vezes, alheias à vontade humana, como variações climáticas, pestes, etc.

### **Evolução**

O homem evoluiu, então, para uma moeda não sujeita a estas influências, adotando metais, principalmente o ouro, como moeda. Posteriormente, por comodidade de manuseio, emitiu a moeda-papel, que representava certa quantidade de ouro ou **moeda verdadeira** guardada como **lastro** ou **garantia de real valor daquele papel**.

Mas a produção mundial de bens cresceu, e as coisas se complicaram sobremaneira. A quantidade de **moeda verdadeira** ou ouro guardada pelos governos como lastro para suas emissões de papel, não conseguiu acompanhar quantitativamente o crescimento da produção dos outros bens.

### Retrocesso

Os governos viram-se, então, na necessidade de emitir papel que representasse uma certa quantidade de moeda verdadeira ou ouro, sem que houvesse a quantidade correspondente de ouro estocada como lastro. Era como se o novo lastro adotado, não oficialmente, fosse a própria produção do país.

A partir daí, ficamos numa **situação de fato**, bastante singular: o papel-moeda em circulação era, de uma parte, a representação de uma certa quantidade de ouro estocada e, de outra, a representação de outras mercadorias produzidas no país. Mas estas últimas funcionavam como lastro de maneira não oficial, não claramente reconhecida e não claramente definida por ninguém. Este foi, repetimos, o grande retrocesso havido, depois da evolução de se adotar como moeda um bem imperecível como o ouro.

Esta falta de definição ou de correlação de valores entre o papel-moeda emitido e uma parte impor-

tante de sua **garantia real** ou **lastro**, tumultuou bastante a compreensão de fenômenos **basicamente simples** e dificultou, até nossos dias, a solução do problema da estabilidade monetária.

### Conclusões Básicas

Anotemos, então, as conclusões básicas que se podem deduzir do que foi exposto neste capítulo:

- 1) **moeda** é, historicamente falando, qualquer produto de larga aceitação que possa ser usado em trocas com outras mercadorias ou estocado para consumo futuro, conforme a vontade ou necessidade de seu possuidor;
- 2) constituirá uma evolução fundamental a convenção de se adotar como **moeda verdadeira** produtos que, além de terem as qualidades essenciais de larga aceitação e serem estocáveis, possuam **unidades de medida bem definidas** e sejam relativamente imperecíveis e homogêneos. Essas qualidades aumentam o valor da moeda-papel, que lhes estiver biunivocamente relacionada, como referência ou unidade de medida monetária;
- 3) como os produtos que possuem as qualidades de serem utilizados como moeda não têm ciclos de produção que se conectam bem com

os ciclos do consumo, o desejável é que sejam usados ora como bem de consumo, ora como **moeda**, isto é, estocados para consumo futuro, conforme as variações dos ciclos;

- 4) poder-se-ia dizer que toda emissão de papel-moeda tem "lastro", constituído pela produção do país emissor. Seria desejável que houvesse uma maior percentagem do papel-moeda emitido correlacionada com o lastro efetivo de maneira mais definida, em correspondência biunívoca, afim de aumentar a estabilidade monetária. Isto também se conjuga com a necessidade de estocagem estratégica de produtos básicos devido à desconexão entre as curvas de produção e de consumo.

## II — A INFLAÇÃO BRASILEIRA

## II — A INFLAÇÃO BRASILEIRA

### Introdução

Conforme vimos no artigo sobre moeda, uma inflação geral e crescente pode dar-se pelas seguintes razões:

- 1) crescimento dos meios de pagamento em ritmo maior que o crescimento da produção em geral, ou seja, uma inflação de causa tipicamente monetária que, quando perdura, gera um agravamento do fenômeno, dando origem a novas causas de natureza estrutural e psicológica;
- 2) número elevado de bolsões de inflação, isto é, de áreas em que a procura, por um motivo qualquer, é superior à oferta, gerando aumentos de preços nessas áreas que, se forem muitas, acabam tornando-se uma inflação generalizada;
- 3) a tendência de desenvolvimento em espiral é intensificada pelas reações em cadeia, de origem psicológica, que se desenvolvem logo que o processo se instala.

Se analisarmos a história econômica do Brasil, nesses últimos trinta anos, notaremos que nosso desenvolvimento tem sido prejudicado pelo recrudescimento periódico da tendência inflacionária e pela vulnerabilidade de nossa política de comércio exterior que, com certa freqüência, importa problemas internacionais.

### **Instabilidade do Equilíbrio Monetário**

Os processos conjunturais de combate à inflação, em geral importados de outros países, têm funcionado relativamente mal em nosso meio, devido a hábitos sociológicos diferentes de nosso povo. Se analisarmos a curva do desenvolvimento da inflação no período citado somos levados a concluir que o equilíbrio monetário tem sido de natureza altamente instável, isto é, quando se inicia um desequilíbrio, as forças psicológicas do comportamento do mercado tendem a agravar este desequilíbrio. O Governo procura, então, agir com controles que, para serem eficazes, costumam ser dolorosos à economia e prejudiciais ao desenvolvimento.

Vamos analisar o que ocorre quando se instaura um bolsão de inflação em algum setor da economia. Quando a procura sobrepuja a oferta, os preços tendem a subir — o produto se valoriza. Os consumidores procuram acelerar suas compras, inclusive estocan-

do, para evitar altas futuras. Os intermediários sentem que estão ganhando mais dinheiro com os estoques que com as vendas e não têm pressa de vender. Utilizam, naturalmente, a ânsia do consumidor para comprar, para elevar seus preços. O produtor tenta aumentar sua produção de qualquer maneira, mesmo inflacionando seus custos, já que seu mercado está crescendo. Assim, não tem pressa de vender, pois sente que ganha com os estoques e tende a aumentar também os estoques de seus insumos e os salários de seu pessoal. Todo o processo tende, como dissemos, a agravar a inflação. Os estoques formados junto ao consumidor final e ao intermediário tendem a aumentar a falta do produto no mercado por circulação deficiente e geram, conseqüentemente, novas altas de preço. O produtor tende a transferir a onda inflacionária para outros setores da economia, inflacionando salários e outros insumos.

Se esse fenômeno, que estamos chamando de bolsão de inflação, se instaura em várias áreas da economia, a tendência será tornar-se uma inflação generalizada, mesmo que convivendo com bolsões de recessão.

### **Solução Sugerida**

O único meio de corrigir essa situação seria adotar métodos que invertessem a tendência psicológica do equilíbrio instável e introduzissem a tendência in-

versa do equilíbrio estável. O remédio de natureza apenas monetária só é aplicável quando a inflação é provocada pela primeira das causas acima descritas e aplicado com rapidez e por período curto. Caso contrário, o remédio provocará uma freada na economia que, em geral, prejudica os setores mais necessitados de estímulos e que são os que criam riqueza para o País.

Como se conseguiria inverter a psicologia das forças do mercado de modo a que o desequilíbrio inflacionário, quando instaurado, tendesse a voltar ao equilíbrio? Note-se que os bolsões de inflação são sempre provocados por uma falta relativa de determinado bem em relação à demanda. O único modo de corrigir essa situação de falta relativa, quando se pensa em termos de equilíbrio estável e de longo prazo, é aumentar a oferta do produto ou serviço ou desestimular sua demanda.

Quando se analisa então toda a gama de produtos e serviços envolvidos nos fenômenos econômicos nota-se que seria desejável, em épocas de inflação, aumentar-se a produção e a oferta dos produtos básicos e, ao mesmo tempo, desestimular a estocagem destes produtos, desestimulando também o consumo de produtos e serviços supérfluos. Isto é, seria necessário criar estímulos e desestímulos que atuassem como força anticíclica no fenômeno da inflação. Como consegui-lo?

## Estímulos à Poupança

Em primeiro lugar, pelo maior estímulo à poupança, através de **taxas reais de juros não negativas** e publicidade bem dirigida.

Se o sistema bancário pagasse aos depositantes juros reais não negativos, isto é, juros nominais sujeitos a oscilações periódicas conforme as oscilações da taxa de inflação e a lei da oferta e da procura, de modo a se manterem iguais ou maiores que a taxa de inflação, ocorreriam os seguintes efeitos reflexos:

- a) diminuiria a velocidade de circulação da moeda, pois as pessoas não teriam tanta pressa em gastar seus salários;
- b) haveria um estímulo e aumento da poupança e do volume dos depósitos bancários, com conseqüentes maiores disponibilidades de crédito à produção;
- c) seria arrefecida a pressão de demanda, especialmente em relação aos produtos supérfluos porque a taxa de juros paga às poupanças estimularia o consumidor a poupar;
- d) seria criado um desestímulo à estocagem excessiva de produtos finais ou insumos intermediários com a alta do custo do dinheiro, melhorando, portanto, a circulação e disponibilidade destes produtos;

e) esta alta do custo do dinheiro seria transferida ao consumidor final, não sendo, portanto, fator de desestímulo à produção de não supérfluos. Os produtores de supérfluos, bem como os seus consumidores, **deveriam ter menos disponibilidade creditícia no sistema.**

Seria, em resumo, uma transferência automática de recursos financeiros do consumo supérfluo para a produção de não supérfluos, o que provavelmente induziria uma migração de esforços produtivos no mesmo sentido.

Os bancos teriam seus volumes de depósitos aumentados e poderiam repassar à agricultura e indústrias básicas estes recursos, pois a tendência deve ser aumentar a produção para atender à demanda, diminuindo a escassez relativa e, conseqüentemente, a inflação.

Como o custo deste dinheiro seria alto em termos nominais, o usuário do crédito seria estimulado a usá-lo parcimoniosamente, aplicando-o na produção e não em especulação ou em imobilizações.

O Governo deveria fixar os limites máximo e mínimo do diferencial ou amplitude dos juros bancários. Chama-se diferencial ou amplitude à diferença entre a taxa cobrada do tomador de empréstimos e a taxa paga ao depositante. Este diferencial é que mede a eficácia do sistema bancário como um todo. Quanto menor o

diferencial, maior a eficácia do sistema. Note-se que, havendo estímulos à poupança, os volumes de depósitos aumentarão e os bancos serão beneficiados mais pelo aumento do volume de negócios que simplesmente pelo aumento do diferencial dos juros.

Sugerimos que a captação de poupança seja feita pelo sistema bancário comercial para depósitos de curto e médio prazos (pessoas físicas e jurídicas) e cadernetas de poupança para médio e longo prazos (somente pessoas físicas). Isto porque é o sistema acessível ao grande público e às empresas pequenas e médias que não dispõem, no Brasil, de administradores financeiros para boa aplicação em sistemas de captação mais sofisticados.

### **Estímulos à Produção de Produtos Básicos**

Em segundo lugar, dar uma segurança e estímulo aos produtores de produtos básicos, através da garantia de preços mínimos aos produtos agrícolas estocáveis e garantia de financiamento à estocagem de produtos industriais básicos quando houver períodos de recessão no mercado. Além disto, como toda inflação do segundo tipo descrito convive com bolsões de recessão real (mesmo que, nominalmente, os preços não estejam caindo nestas áreas) deveria ser garantido um preço real mínimo aos produtos básicos estocáveis que estivessem passando por esses períodos de recessão

real, de modo a estimular a continuidade e mesmo eventual aumento da produção.

Para esclarecer melhor estas idéias deveremos entrar com o conceito de inflação nominal e inflação real e como o de recessão nominal e recessão real.

Quando há uma inflação generalizada, os preços não sobem todos à mesma taxa e ao mesmo tempo. Há como que uma corrida ou disputa de preços entre os vários setores da economia, e o difícil do fenômeno é que, quanto maior for a escassez relativa de um produto, maior será o seu poder de competição na corrida dos preços. Isto é, ao mesmo tempo em que há um estímulo inicial ao aumento da produção devido à pressão da demanda, há, paralelamente, um estímulo para não se atender integralmente à mesma demanda, a fim de conservar o poder de negociação na corrida dos preços. Em resumo: começa a haver um desestímulo ao trabalho produtivo e um estímulo ao trabalho meramente especulativo e não criador de riquezas. Tudo isto agravado com a tendência do Governo de tabelar os produtos mais básicos, como os produtos agrícolas, atendendo aos pedidos da população consumidora.

Então, dizíamos, os preços sobem não necessariamente à mesma taxa. Daí o conceito de **recessão real**, ou seja: apesar de haver uma inflação generalizada de preços, podem sempre coexistir com a mesma **recessões reais**; isto é, produtos cuja oferta é superior à

demanda e que não conseguem, devido ao excesso relativo da oferta, impor seus preços ao mercado, ficando, portanto, atrasados em relação a outros produtos, sujeitos às recessões reais, apesar dos preços estarem subindo em termos nominais. Numa tentativa de maior clareza: os preços destes produtos sobem, mas a **taxas menores** que as taxas médias de inflação, isto é, em termos relativos, os preços estão baixando.

Fica então bastante óbvio que a garantia de preços mínimos a ser dada aos produtos básicos — agrícolas e industriais, deve sofrer correção monetária realista de modo a assegurar o aumento efetivo da oferta destes produtos, através de estímulos à produção, sem o perigo de recessões reais como descritas acima, que desestimulariam esta produção.

Esta garantia de preços mínimos seria financiada como descrevemos em outro local, pelo sistema de amoedamento da eventual produção excedente, retirada do consumo presente para consumo futuro, através da estocagem estratégica.

Adotando-se este critério, a produção dos produtos básicos seria estimulada e caminharia para uma situação de abundância. Os preços tenderiam a se estabilizarem devido à existência dos estoques estratégicos e ao aumento da produção. Assim, seria refreada a inflação, sem o perigo de ocorrência do fenômeno oposto, da recessão generalizada.

## Conclusões Básicas

Dois instrumentos fundamentais de controle da estabilidade monetária são:

- 1) **Taxas de juros flexíveis** crescendo ou diminuindo conforme cresça ou diminua a taxa de inflação. Desde que o Governo fixe os limites máximo e mínimo do diferencial de juros, o que aliás é essencial, teremos maiores estímulos à poupança e ao financiamento da produção de produtos básicos quando houver tendência inflacionária no sistema. Ambas as forças convergem para diminuir a inflação. Com o declínio da inflação, as taxas de juros deverão baixar, reativando o consumo, tanto pela oferta de dinheiro mais barato, quanto pelo menor estímulo à poupança.
- 2) **Estocagem estratégica**, através do amedamento dos produtos básicos, retirados do consumo atual para consumo futuro, sempre que haja recessões reais nestes setores. Isto equivalerá ao aumento da percentagem de lastro correlacionado biunivocamente com a moeda, aumentando a estabilidade monetária e evitando recessões de preços nos setores básicos da economia.

## III — ESTOCAGEM ESTRATÉGICA

### III — ESTOCAGEM ESTRATÉGICA

#### Introdução

A riqueza de um país é constituída, sob o ponto de vista **estático** de:

- a) tamanho e potencialidade de seu solo, subsolo e recursos hidráulicos, conforme as possibilidades de exploração econômica (agropecuária, mineração, disponibilidades energéticas, etc.);
- b) recursos humanos — dados pela população e seu nível de educação e capacidade de trabalho para bem aproveitar os recursos naturais;
- c) nível atual de organização da sociedade e da capacidade instalada para exploração criteriosa dos recursos naturais através da tecnologia industrial, boa capacidade de comercialização externa e capacidade de distribuição e melhor aproveitamento dos bens produzidos.

Sob o ponto de vista **dinâmico**, nota-se que a taxa de crescimento anual desta riqueza só poderá aumen-

tar, se através de motivação e boa administração, atuarmos nos itens "b" e "c", isto é, no desenvolvimento dos recursos humanos e no grau de organização, tecnologia, capacidade de produção, comercialização, distribuição e bom aproveitamento dos bens produzidos.

Ao se analisar a situação do Brasil de hoje, nota-se que já somos um País **potencialmente** rico, levando-se em conta todos os fatores acima descritos. Para que toda esta riqueza se torne realidade em termos de nível de vida e de trabalho produtivo para a população é necessário que se concentre a atenção nos itens que podem acelerar os resultados, isto é:

- a) **educação** voltada para o **desenvolvimento humano** e para o **trabalho** ou seja, para o máximo desenvolvimento da potencialidade espiritual e aproveitamento da capacidade de trabalho de cada um, de modo objetivo, levando-se em conta as diferenças individuais e as características regionais quanto às potencialidades de trabalho;
- b) **imigração** criteriosa que permita o aumento dos recursos humanos disponíveis com a motivação para a vinda e conservação de empresários, professores e técnicos que incrementem efetivamente a capacidade de organização, o conhecimento e a tecnologia da sociedade;

- c) **o trabalho** bem administrado e coordenado através de estímulo às empresas e indivíduos que aumentam, com este trabalho, o nível de riqueza do País. O trabalho que produz bens de consumo supérfluos e o trabalho de tipo meramente especulativo, que não aumentam a riqueza do País, não devem ser estimulados;
- d) **nível de organização da sociedade** — pelo amadurecimento e evolução dos organismos que compõem a sociedade poderão ser diminuídos os atritos inúteis e anti-econômicos que resultam em perda de tempo e trabalho não produtivo, bem como poderão ser aumentadas a coordenação e união de esforços para se atingir os objetivos comuns a toda a nação.

Daremos, a seguir, uma sugestão que, assim supomos, poderá ser altamente **motivante** para o aumento da riqueza do país, através da possibilidade de **continuidade de aproveitamento da capacidade instalada** para a produção de produtos básicos à economia. Esta sugestão, se adotada, melhorará também, acreditamos, o poder de competição comercial do País em relação aos mercados externos.

Apenas para facilidade separaremos em três setores fundamentais a nossa exposição: produtos agrícolas, matérias primas minerais e produtos industriais básicos.

## Produtos Agrícolas

Podemos classificar os produtos agrícolas em dois grandes grupos: o primeiro seria o dos produtos de alto valor alimentício, com amplas possibilidades de consumo e que tivessem a possibilidade de serem estocáveis ao natural ou após beneficiamento, tais como o arroz, o trigo, o milho, a soja. O segundo grupo seria dos outros produtos que não tivessem todas as qualidades acima, como o café, o feijão, verduras, frutas, etc.

Para os produtos do primeiro grupo, dever-se-ia estudar as variações de preços no mercado interno e externo, nos últimos cinco a dez anos, de modo a ter-se a curva das variações reais de preços e a determinação do preço internacional médio real, que chamaremos PIM, designado, por exemplo, em cruzeiros de hoje.

Como a alimentação é uma necessidade primordial do homem, o Governo deveria, através da garantia de preços mínimos, **estimular** uma produção interna que, em termos de produção anual média, viesse, pelo menos, atender à demanda interna, com as seguintes observações:

- a) como basicamente a demanda mundial tem sido maior que a produção destes produtos, o estímulo deveria ser de ordem a permitir a

produção de excedentes para estocagem ou exportação;

- b) para segurança do abastecimento interno e maior poder de troca com o exterior, o País deveria dispor de sistemas de armazenagem e transportes que permitissem a estocagem suficiente para o consumo interno de um a cinco anos, distribuídos nas regiões produtoras, nas regiões consumidoras e nos portos de exportação, de modo a garantir um fluxo ótimo na produção, transporte, estocagem e consumo;
- c) o País só deveria exportar estes produtos do primeiro grupo mediante duas condições: preço igual ou acima do PIM e existência de estoques internos mínimos para seis meses a um ano de consumo;
- d) deveria importar, preferencialmente, quando coexistissem as seguintes condições:
  - estoques internos abaixo de um ano de consumo;
  - preços externos abaixo do preço internacional médio — PIM;
  - existência de disponibilidades cambiais.

Sob o ponto de vista do consumo interno, como a agricultura é bastante cíclica, para se manter uma

produção média que acompanhasse ou suplantasse a demanda, haveria necessidade de estocar nas fases de maior produção.

O custo da estocagem seria coberto pela continuidade de estímulos aos produtores que levaria, com o tempo, a uma situação de abundância. Tal situação de abundância de produção e estoques só não levaria a uma recessão nos preços se houvesse um sistema de garantia de preços eficaz em funcionamento (exporemos, em outro local, o problema sob o ponto de vista monetário).

Sob o ponto de vista do mercado externo, a existência de disponibilidade de capacidade de estocagem significa, em última análise, aumento de capacidade de negociação, podendo o País comprar para consumo ou estocagem quando os preços internacionais estivessem baixos e a estocagem interna baixa e vender, quando os preços internacionais estivessem altos e a estocagem interna suficiente.

Os custos de estocagem seriam certamente pagos pelos estímulos à continuidade de produção e consequente maior produtividade e pela melhor capacidade de negociação do País.

Duas observações finais:

- Os Estados Unidos da América adotam esquema semelhante e **funciona** — têm a agricultura de maior produtividade do mundo!

- Os preços mínimos, para serem estimulantes, deveriam ser fixados pouco abaixo do preço médio internacional dos últimos cinco a dez anos, devidamente corrigidos para cruzeiros de hoje.

Se a demanda interna suplantasse a produção, em ano em que não houvesse estoques disponíveis, os preços deveriam ser deixados sem tabelamento, para ascender pelas leis do mercado até ao limite dos preços internacionais, se os mesmos estivessem acima do PIM, ou, até ao nível do PIM, se os preços internacionais estivessem abaixo do mesmo, fazendo-se a importação do complemento necessário ao atendimento da demanda.

### Produtos Agrícolas do Segundo Grupo

Também aqui dever-se-ia pesquisar as oscilações de preços internacionais nos últimos cinco a dez anos e o Governo deveria intervir na comercialização apenas nos seguintes casos:

- a) produção interna muito abundante, superior à demanda:
  - os preços internos deveriam cair até ao PIM se os preços internacionais estivessem hoje acima do PIM, exportando-se os excedentes;

— os preços internos deveriam cair até ao preço internacional se os mesmos estivessem abaixo do PIM, exportando-se os excedentes;

b) produção interna equilibrada com a demanda — os preços internos deveriam acompanhar os preços internacionais médios (PIM);

c) produção interna abaixo da demanda — os preços internos deveriam subir até ao PIM, se os níveis internacionais estivessem abaixo do PIM, importando-se o complemento. Os preços internos deveriam subir até aos níveis internacionais se os mesmos estivessem acima do PIM. O Governo deveria estimular substituições a fim de evitar a importação.

### **Matérias Primas Minerais**

Aqui, ao inverso da agricultura, a produção extractiva pode ser relativamente constante para determinada capacidade instalada, porém, a procura é bastante cíclica, conforme as oscilações de consumo dos produtos finais, níveis de estocagem, liquidez monetária, etc.

Os produtores deveriam ser estimulados a produzir dentro de sua capacidade ótima, para consumo imediato, estocagem ou exportação. Obviamente, uma for-

ma de estocagem a ser sempre considerada é a própria permanência na jazida, sem extração. Tal opção deveria ser confrontada com outras formas de estocagem em função dos custos e outras variáveis.

Também aqui deveríamos separar os produtos em grupos, conforme as disponibilidades internas e mundiais:

#### 1) A nível mundial:

1.º Grupo — produtos com escassas reservas conhecidas (por exemplo, com reservas conhecidas para menos de 500 anos, considerando o consumo atual);

2.º Grupo — produtos com abundantes reservas conhecidas.

#### 2) A nível de posição relativa de nosso País:

1.º Grupo — produtos com escassas reservas mundiais conhecidas — quer tenhamos ou não reservas internas abundantes, os preços internos devem ser mantidos a níveis relativos altos e deve ser desestimulado o consumo supérfluo ou substituído por matéria-prima mais abundante.

1 — Se tivermos reservas internas relativamente abundantes só deveremos exportar em dois casos:

- a) já completamente beneficiados com as correspondentes vantagens;
- b) em troca direta com outros produtos mundialmente escassos e de que tenhamos carência no mercado interno.

2 — Se não tivermos reservas internas ou as tivermos em níveis baixos — deveremos estabelecer, para importação, contratos de trocas diretas com produtos de que disponhamos com relativa abundância, mantendo importação contínua para consumo ou estocagem.

2.º Grupo — produtos com abundantes reservas conhecidas — deverão ser analisadas as distribuições mundiais destas reservas e nossa posição relativa a cada produto:

1 — produtos dos quais tenhamos reservas abundantes — procurar estabelecer contratos de troca direta com

produtos de que tenhamos falta ou reservas menores;

2 — produtos dos quais não tenhamos reservas ou as tenhamos escasas — estabelecer contratos de troca para importação constante, para consumo ou estocagem estratégica. Deveríamos sempre fornecer em troca, produtos mundialmente abundantes de que tivéssemos reservas elevadas.

### **Influência nas Relações Comerciais Externas**

A vantagem dos contratos bilaterais de troca é assegurar um suprimento contínuo de produtos escassos e a preços "estáveis", isto é, vinculados a produtos que tenhamos em abundância, para exportação. A existência de estoques estratégicos permite a continuidade de exportação dos produtos superabundantes e de importação dos produtos escassos.

As perguntas a fazer em relação a cada matéria-prima são:

- Quais as reservas mundiais e sua distribuição?
- Mantidos os atuais níveis de consumo, para quantos anos darão as reservas mundiais e as reservas internas?

- Há perspectivas de aumento de consumo?
- Há possibilidades de desestímulo ao consumo ou de substituição?
- Quais os custos de extração e estocagem?
- Como oscilam os preços internacionais?
- Há vantagens na estocagem estratégica?

### **Produtos Industriais Básicos**

“Mutatis mutandis” o mesmo raciocínio da estocagem estratégica ou amoedamento é válido para quaisquer produtos industriais básicos desde que tivessem as qualidades de serem estocáveis, homogêneos, de uso muito difundido e cuja produção conviesse ao País estimular.

### **Financiamento da Estocagem Estratégica**

Note-se que se houver o critério de financiamento da estocagem estratégica haverá as seguintes vantagens, que deverão ser cotejadas com o custo da estocagem:

- 1) aumenta a estabilidade monetária do País;

- 2) aumenta a utilização da capacidade instalada até ao nível ótimo, tanto sob o ponto de vista de equipamentos, como de capacidade gerencial, mão-de-obra especializada, etc..., aumentando, portanto, a produtividade global;
- 3) aumenta o poder de negociação externa, de modo acentuado, como já frizamos;
- 4) evita os estrangulamentos periódicos da produção econômica, decorrentes de faltas temporárias de insumos básicos;
- 5) permite um melhor planejamento para aumento da capacidade industrial instalada, sem risco de recessões no mercado.

### **Conclusões Básicas**

Os produtos agrícolas têm demanda relativamente estável e produção muito cíclica. Com os produtos minerais e industriais básicos ocorrerá o inverso, se quisermos aproveitar ao nível ótimo a capacidade industrial instalada, isto é, a produção será relativamente contínua para uma demanda muito cíclica. Isto nos indica que o único modo de conectar bem as curvas da oferta e da procura será fazer-se estocagens estratégicas, através do amoedamento, nas épocas em que a

produção ultrapassa a demanda. Este critério levará a um regime de relativa abundância sem recessões, o que permitirá um desenvolvimento mais contínuo e equilibrado, sem as crises inflacionárias periódicas a que hoje estamos permanentemente sujeitos.

Composto e Impresso na  
MINAS GRÁFICA EDITORA LTDA.  
Rua Timbiras, 2.062 — PABX 226-4822  
Belo Horizonte — MG



B0011007

